

ATA Nº. 20

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 23-02-2017
--

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezassete, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **João António de Matos Lérias**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pela Senhora **Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho** e pela Senhora **Lúcia Dias Abelha**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros: -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves, Mário André Balsa Gonçalves, Sara Paula Caetano Domingos, António Manuel dos Santos Rodrigues, Manuel António Simões Martins e José Francisco de Matos Rodrigues Leote. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

José Miguel Filipe Baptista, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, Rui Vítor Pires Bragança, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde e Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Marco Filipe Sá Geração e Maria de Fátima Viera Figueira Roldão. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

Telma Cristina Antunes Jorge, António Silvino Costa Ferreira e Marisa Sofia Cordeiro Parreira. -----

Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**: -----

Pedro Miguel Faria Gonçalves. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: -----

Rui Cardoso Maurício. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

Ezequiel Soares Estrada. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Tília dos Santos Nunes, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, José David da Silva Ribeiro, Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha e Luís Filipe Dias Grácio. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo dado posse ao elemento convocado para substituir a deputada que apresentou suspensão do mandato por período inferior a trinta dias. -----

Deu posse a Reinaldo de Jesus Rodrigues Amarante Tentado, que substitui Carla Sofia Roma de Oliveira, do Bloco de Esquerda. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade do eleito e após a leitura da respetiva ata avulsa de instalação e do respetivo juramento por parte do novo membro, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou-o investido nas funções. -----

Continuando o senhor **Presidente da Assembleia**, colocou à votação as atas números 18 e 19. -----

Relativamente à ata número dezoito, **António Ferreira**, referiu que no penúltimo parágrafo onde diz “deito” deve ler-se “feito”. -----

Na página 16, onde refere “PRD”, deve ler-se “PSD” -----

VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO DEZOITO -----

A ata número dezoito, referente à sessão ordinária realizada em 30 de setembro, de 2016, foi aprovada por unanimidade, com os votos dos membros presentes na referida sessão. -----

VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO DEZANOVE -----

A ata número dezanove, referente à sessão ordinária realizada em 30 de novembro de 2016, foi aprovada por unanimidade, com os votos dos membros presentes na referida sessão. -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “A mesa propõe a retirada do segundo ponto da ordem dos trabalhos. -----

Conferenciei com os líderes das bancadas porque resultou da reunião da comissão permanente e que tem a ver com o ponto que se referia à suspensão parcial do PDM numa pequena zona do município. -----

A proposta que nos chegou da parte do município e não vou estar com muitas considerações porque fiz isso no comentário que enviei às bancadas, veio desacompanhada de um elemento que para nós do ponto de vista formal é também muito importante, que é o parecer da CCDRLVT, não é vinculativo, mas é obrigatório e uma vez que ele não chegou, a mesa entendeu com o que tinha conversado na última reunião da comissão permanente, propor a retirada deste ponto da ordem dos trabalhos.”

Após intervenções de diversas bancadas, sobre a retirada do ponto da ordem dos trabalhos, foram unânimes em concordar com a sua retirada. -----

Continuando no uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia referiu: “Chegou, entretanto, depois da reunião da comissão permanente até agora, outro assunto que nos parece que do ponto de vista não merecerá grande discussão e que poderemos incluir mais um ponto na ordem dos trabalhos, relativamente à designação de um representante no Conselho da Comunidade do ACES do Médio Tejo.” -----

Após intervenções de todas as bancadas, foi aprovado por unanimidade a inclusão de mais um ponto na ordem dos trabalhos. -----

Seguidamente foi concedida a palavra a **José Baptista**, para se referir à Proposta apresentada na sessão anterior e retirada para discussão na sessão de fevereiro:” Não faz sentido lermos o documento, ele foi aqui lido na última sessão da assembleia, decorre de uma proposta que foi feita na sessão da assembleia municipal seguinte às últimas festas da cidade e portanto, a proposta tem exatamente esse fundamento de mostrar o próprio valor aos autores do videoclip e estamos à disposição para qualquer questão.” -----

Interveio **Telma Jorge**: “Só para referir que fomos nós da bancada da CDU e depois as restantes bancadas acompanharam-nos, que propusemos a retirada deste assunto. -----

A nossa intenção era de refletirmos sobre o assunto e avaliarmos o que é que vem no regulamento que prevê este tipo de situações. -----

Neste momento, estamos em condições de viabilizar esta proposta do PSD.” ---

Referiu **Fernanda Alves**: “A bancada do PS foi uma das bancadas que pediu mais tempo para analisar o documento, na medida em que havia aqui alusão a outras assembleias e a bancada do Partido Socialista precisava de analisar o documento. -----

Depois de discutir o assunto entre os diversos elementos da bancada do Partido Socialista, elaboramos um texto que vou passar a ler: -----

“O documento apresentado a esta Assembleia pela bancada do PSD na forma de proposta. -----

Prossigui **Pedro Gonçalves**: “Não querendo alongar muito, o Pedro Dionísio fez realmente esta música em 2008, mas o vídeo foi feito em 2016. -----

O CSD-PP achou muito honroso para a cidade e temos um vídeo desprovido de qualquer tipo de promoção política, acho que não é de deixar passar à frente. -----

Se o PSD, na bancada do executivo não propôs, isso é um problema entre eles, é um problema da bancada da assembleia e da vereadora. -----

Que o Pedro Dionísio e a TVE merecem que nós proponhamos à Câmara Municipal do Entroncamento, que possa ou não, é uma proposta que a câmara pode ou não aceitar. Acho que merece, porque tiveram um trabalho muito acima do trabalho pago pela câmara municipal, com muito mais categoria e como já disse, desprovido de qualquer tipo de politiquice.” -----

Continuou **Marco Geração**: “A bancada do Bloco de Esquerda considera que este é um assunto tem muita importância, visto tratar-se de um excelente trabalho do Pedro Dionísio e das pessoas que interferiram e que deram a sua parte, naquilo que todos nós vimos. -----

No entanto, acho que seria importante e o Pedro Gonçalves falou em o nosso município dar a importância devida a este tipo de ações, é que, estas propostas quando fossem propostas à assembleia, quando fossem propostas às instituições democráticas, fossem revestidas de uma importância maior e a importância maior é ter o mínimo de cuidado em relação ao regimento e em relação à parte legal que nos foi aqui descrita. ---

Não temos problema nenhum em votar esta proposta, no entanto, é da nossa opinião que dentro do enquadramento legal e visto que realmente isto deveria ter sido levado a reunião de câmara, nós não achamos conveniente que seja votado agora.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “De qualquer forma, temos que votar a proposta agora, a competência não é nossa é da câmara municipal como diz o regulamento. -----

Se a proposta for aqui aprovada, será enviada à câmara e é a ela que decide se atribui ou não.” -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “Esta proposta é obviamente para ser enviada ao município para ser votada no executivo, outra coisa não faz sentido. -----

Não me parece em dado algum, que esta proposta vá contra o regulamento, que está publicado em Diário da República, que está disponível online, porque o próprio regulamento tem as várias tipificações que estão aqui indicadas nesta proposta. -----

A assembleia municipal não tem nenhuma cerimónia em que atribua qualquer tipo de medalha, quem as atribui é o senhor Presidente da Câmara em cerimónia específica que a convoque para isso. -----

Vamos lembrar o histórico desta proposta. -----

Esta proposta foi apresentada aqui numa sessão da assembleia depois das festas da cidade. -----

Foi aqui dito durante a apresentação que foi feita com a colaboração do município que inclusivamente permitiu que o vídeo fosse passado no ecrã situado no recinto da festa, que faria todo o sentido o município prestar o devido valor aos autores.

Na sessão solene de 24 de novembro, nenhum dos autores foi chamado. -----

Na sessão da assembleia a 30 de novembro, os senhores deputados fizeram a intervenção que entenderam e pediram para remeter para esta sessão esta proposta. -----

Não sei o que mais os senhores deputados querem. -----

Se esta proposta for aprovada, o senhor Presidente da Assembleia Municipal remetê-la-á para a câmara e estamos preocupados com formalismos, que nunca vi tanto formalismo numa coisa destas, é verdade que é a primeira vez que se usa este regulamento, mas não me parece que genuinamente que a proposta seja assim tão descabida, já foi discutida, deliberado, falada, toda a gente conhece o trabalho, não consigo compreender.” -----

Referiu **Manuel Martins**: “Sobre este tema, a minha colega Fernanda Alves já teceu alguns comentários e bem, corro o erro de me repetir em algumas coisas. -----

É certo que o Pedro Dionísio é alguém que ama o Entroncamento, e demonstra-o frequentemente através da sua arte. -----

Ele, tal como muitos outros, sejam artistas, desportistas, associações culturais, desportivas, sociais ou outras, levam o nome da nossa cidade com eles e difundem-no de uma forma muito meritória, e merecem o nosso profundo agradecimento e reconhecimento. -----

A título de exemplo, o Filipe Santos, também cantor, com vários álbuns editados, com temas sobre a nossa terra e as nossas gentes... -----

Felizmente, e no caso concreto, tal como em inúmeros outros, o município tem sabido reconhecer o valor destes munícipes, como se comprova, colaborando na elaboração do vídeo, disponibilizando as instalações municipais, por exemplo e, prova maior desse reconhecimento, fazendo a sua divulgação nas festas da cidade, perante milhares de pessoas, em écran gigante e em horário nobre! Haverá maior reconhecimento que este? -----

No que concerne à atribuição de medalha de mérito cultural, causa-nos estranheza esta proposta, pois como bem sabemos, uma vez que o regulamento da sua atribuição foi aqui discutido e aprovado nesta assembleia em 26 de abril passado, e publicado no Aviso n.º 13700/2016 - Diário da República n.º 213/2016, Série II de 2016-11-07 esta é atribuída mediante deliberação tomada em reunião de Câmara, aprovada por maioria qualificada dos seus membros em efetividade (artº 12º do Regulamento de Condecorações do Município do Entroncamento) e, ao que se sabe, o PSD não levou esta proposta a nenhuma das reuniões de Câmara que existiram desde a última assembleia municipal, na qual apresentaram pela primeira vez esta proposta. ----

Por que motivo? -----

Talvez porque as reuniões de câmara não são transmitidas em direto e como tal, não são tão indicadas para fazer chicana política, porque é disso que se trata. -----

De aproveitamento do trabalho de alguém, que o fez sem qualquer intenção de servir interesses de terceiros, e vir agora para aqui tentar brilhar e tirar dividendos políticos de algo, que o próprio autor considera despropositado. -----

Pelo que, com todo o respeito pelo trabalho das pessoas aqui referidas, que é muito, nunca poderei votar favoravelmente esta proposta, em primeiro lugar por não respeitar os requisitos legais, e em segundo lugar por considerar que o reconhecimento proposto já foi há muito prestado, e não apenas em palavras, mas em atos!” -----

Interveio o Senhor **Presidente da Assembleia**: “Em relação a este assunto, o regulamento foi publicado em Diário da República a 7 de novembro. -----

O artigo é muito claro em relação a estas matérias, trata-se de uma competência da câmara municipal. -----

O município tem dois órgãos, a câmara e a assembleia, cada órgão tem a sua vida própria, nós não vivemos em função da câmara, nem a câmara vive em função da

assembleia, mas existem competências que resultam da dependência de ambos os órgãos. -----

Nós podemos aqui propor coisas, enviar para a câmara e a câmara se for da sua competência pode rejeitar as propostas da assembleia, ou vice-versa. -----

Daquilo que me cabe resumir desta proposta, é sempre uma proposta que vem de uma bancada que tem aqui o logotipo de um partido político, esta assembleia é feita de partidos políticos, daqui a 2 anos comemoramos mais um aniversário do 25 de abril e bem-haja aos partidos políticos porque fazem a democracia. -----

Não vem mal ao mundo de as propostas virem com slogan de bancadas, cabenos a nós com frieza e clareza pode-las discutir, ou estão em conformidade, ou não estão em conformidade. -----

Não posso aceitar aquilo que o senhor Manuel Martins disse, ao referir que esta proposta não respeita a lei, esta proposta respeita o regulamento, na medida em que, se for aqui rejeitada nós não enviamos nada para a câmara, se for aqui aprovada, será remetida para a câmara e a câmara fará dela o que entender. -----

A publicitação da proposta por nós, é feita na ata e resulta da ata.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “Lembrei-me de um parecer que foi pedido e tinha lá algumas questões que o senhor Presidente da Assembleia se estava a referir neste momento sobre o papel da câmara municipal e sobre o papel da assembleia municipal, mas a questão que queria colocar é a seguinte: -----

Em termos culturais o Entroncamento ao longo dos anos não teve a devida atenção e preocupação com a área cultural e nós devemos incentivar através de iniciativas destas, através do mérito, nós devemos incentivar a criação cultural, não só a divulgação cultural porque qualquer um pode cantar as canções de outros. -----

Aquilo que nós queremos aqui, é dar o mérito a uma pessoa que fez algo pelo Entroncamento em termos culturais, pode não ser o melhor, mas é alguma coisa que está a ser feito. -----

Penso que, se for aprovada aqui esta iniciativa, que ela deva merecer também o respeito por parte do executivo.” -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA -----

A proposta de atribuição de voto público de reconhecimento pelos serviços realizados e atribuição da Medalha de Mérito Cultural do Município a Pedro Dionísio e à TVE – Televisão do Entroncamento, pela produção do videoclip “A Máquina”, em 20 de junho de 2016, para comemoração dos 25 anos da elevação do Entroncamento a cidade, apresentada pelo PSD, foi aprovada por maioria, com catorze votos a favor, sendo três votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, dois votos do Bloco de Esquerda e um voto do Centro Democrático Social, oito votos contra, sendo seis do Partido Socialista e dois dos Presidentes das Juntas de Freguesia e uma abstenção do Bloco de Esquerda. -----

Seguidamente **Marisa Parreira** procedeu à leitura da seguinte Moção: -----

MOÇÃO -----

Sobre Transferência de Competências -----

A descentralização administrativa, conforme a CRP – Constituição da República Portuguesa - tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública, assegurando os direitos das populações. Descentralização que envolve, entre outros aspetos, a transferência de atribuições e competências para as autarquias. -----

A transferência de poderes e competências para executar (física e financeiramente) ações, serviços ou investimentos é mera desconcentração - só há descentralização quando a transferência inclua o poder de decidir. -----

A transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas, visa uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, e não pode consistir, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o poder local. -----

A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado. -----

Objetivos que exigem, como garantia de coerência do processo, uma delimitação clara das atribuições e competências que envolva os níveis de administração central, regional e local. -----

Devem manter-se no Estado, para além dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural. -----

A inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas – que não são substituíveis pelas CIM ou qualquer outra solução intermunicipal, constitui um obstáculo a uma efetiva descentralização que é urgente resolver. -----

Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, exigem a devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multimunicipais. Exigem ainda a reposição das freguesias. --

A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro. -----

Face aos projetos de diplomas do governo agora concluídos sobre transferência de competências e sobre a orgânica das CCDR, a Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida, em sua sessão ordinária de 23/ 02 /2017 delibera: -----

- 1 Reafirmar a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional. -----
- 2 Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração, à defesa da autonomia dos municípios. -----
- 3 Exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana. -----
- 4 Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro. -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “Esta moção é consensual com aquilo que o PCP e a CDU têm proposto. -----

Efetivamente esta é uma moção que junta descentralização que é uma matéria que tem sido alvo ao longo dos últimos governos descentralizar competências do governo central para as autarquias, que é importante, mas descentralizar é diferente de regionalizar. -----

O que se trata nesta moção e o que o PCP entende, é que se avance para um processo de regionalização com o qual nós não estamos a favor. -----

Apesar de concordarmos com as transferências para os municípios e com o garrote financeiro, não podemos concordar com a regionalização e, portanto, não poderemos acompanhar a CDU.” -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, sobre a Transferências de Competências, foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, uma abstenção do Centro Democrático Social e cinco votos contra do Partido Social Democrata. -----

Passou-se de seguida ao Período de Antes da Ordem do Dia. -----

Pediu a palavra **Pedro Gonçalves**: “Novamente quero questionar pelos repuxos da nossa cidade, quando estarão a trabalhar, ou quando se anulará os mesmos, já são considerados acumuladores de lixo. -----

Sabemos que existem dois TURE que estão parados por falta de manutenção, e que foram ali abandonados e que hoje estão em estado quase de sucata, o que será feito a essas viaturas? Abate? Se assim for estaremos perante um ato de gestão incorreta. O que nos consta é que inicialmente teria sido fácil e não muito dispendiosa a reparação das mesmas. Agora pouco ou nada valem. -----

A situação da rua Baden-Powell, esta rua já referi aqui mais do que uma vez é constante a velocidade excessiva e o excesso de velocidade. Como já referi, picam-se aqui alguns condutores com os comboios. Sendo uma rua de acesso a zonas de lazer e desportivas, já deveria ter sido feito algo afim de poder acabar esta situação. aproveito também para afirmar que junto ao recinto multiusos se tem registado algumas corridas ilegais, e que inclusive nos foi feito chegar um vídeo de uma dessas situações. -

Já que falo no recinto multiusos do mercado semanal e assim sendo quero também referir que foi me dado a conhecer ontem que num concelho nosso vizinho, Tomar, a PSP vai ajudar a CM numa ação de sensibilização para a manutenção do recinto limpo, pelos feirantes. Para quando algo assim no Entroncamento. -----

Quero ainda questionar o executivo em relação ao anúncio, da ligação da nossa zona industrial à A23, anúncio esse que já é o terceiro, mas com tanta pompa e circunstância que eu esperava ver estas duas perguntas respondidas nesse anúncio. Qual o traçado definido? qual o prazo para o início da obra e sua conclusão? -----

Mas já que falamos na zona industrial, quero aqui mostrar o desagrado e incompreensão pelos seguintes factos. A zona industrial, como eu já aqui disse há mais de 2 anos, apresenta uma degradação nas suas vias que nada é convidativo ao investidor, mas pior, os terrenos que se queriam vendidos para implementação de áreas industriais, foram vendidos outrora para especulação, ao ponto de no dia de hoje haver uma placa de uma agência imobiliária num dos lotes. Sei que o município está a tentar reverter algumas destas situações, só lamento que tenham sido precisos mais de três anos de mandato para assim o fazerem. -----

É de lamentar que os últimos executivos, não tenham olhado para a zona industrial, agora áreas de implantação industrial, de uma maneira tão descuidada e nenhum deles tenha tido uma intervenção de fundo afim desta área ter sido potenciada, e ser um polo de desenvolvimento na nossa cidade e na região. -----

O que é que passa com o serviço de sms da Câmara Municipal, há algum tempo que ninguém recebe sms. -----

Quero que aqui deixar algumas considerações a esta assembleia: -----

O CDS-PP Entroncamento lamenta não haver eleições todos os anos, e talvez fosse interessante, termos eleições todos os anos na nossa cidade. Porquê? Todos nós o sabemos. -----

Continuar a dizer que agora sim temos um verdadeiro Centro Cultural. É para o CDS-PP um enorme prazer ver a vida na cidade quando existe animações e atividades no nosso Centro Cultural, só quero saber para quando o aeroporto do Centro Cultural para aterrar o avião dos eleitos do PS nesta assembleia que refutaram a nossa ideia e rejeitaram a nossa proposta ao ponto de dizer que era tudo muito giro mas era de avião... assim sendo e como não quero que a bancada da maioria ande nas nuvens mais tempo, pergunto para quando o aeroporto, ou o assumir cabalmente por parte da bancada do PS que estavam errados na sua posição aquando da votação da moção do CDS que previa a devolução do Centro Cultural à cultura. Já sabemos que irão aqui alegar com os compromissos europeus, mas eu reitero que a nossa ideia de trazer a cultura ao Centro Cultural era e é a decisão mais acertada e que de longe mais favorece o Entroncamento.

Queria aqui também deixar o profundo desagrado do CDS-PP Entroncamento em relação às relações institucionais entre o Executivo e a Fundação Museu Nacional Ferroviário. Lamentamos que se politiquice uma relação que devia de ser não só formal, como de uma cooperação de altíssimo interesse para ambas as partes. Esperemos que com as eleições à porta não fiquem ainda pior. -----

Fique ainda aqui referido que a nomeação política do Presidente da referida fundação já está fora de prazo há mais de seis meses. -----

Referir também que os ringues da nossa cidade se encontram todos à exceção do Bonito, em mau estado ou degradados.... Alguns diziam em tempos de eleições” vamos remodelar este espaço.” -----

Prossigui **José Leote**: “Como esta é a primeira assembleia após a morte do Doutor Mário Soares, a bancada do PS entende que a assembleia se deveria associar ao voto de pesar que a câmara aprovou e que é o seguinte”: -----

PROPOSTA - VOTO DE PESAR -----

«É com profundo pesar que a Câmara Municipal do Entroncamento assinala o falecimento de Mário Soares, associando-se ao voto de pesar proferido na Assembleia da República no passado dia 11 de janeiro de 2017. -----

Com o desaparecimento de Mário Soares “assalta-nos um sentimento de perda. Mas o exemplo perdura. -----

A sua marca é demasiado grande para ser esquecida. Nela encontrarão as novas gerações a força e a inspiração para ultrapassarem os desafios e darem continuidade ao seu impressionante legado. -----

Um legado de coragem política, de patriotismo democrático e de abertura ao mundo.

Mário Soares abraçou desde cedo a política como vocação. -----

Enquanto jovem advogado destacou-se pela defesa de vários presos políticos. -----

As corajosas atividades de oposição à ditadura, já travadas ao lado de Maria de Jesus Barroso, valeram-lhe a prisão, a deportação e o exílio. -----

O lema de vida de Mário Soares foi sempre o mesmo: “só é vencido quem desiste de lutar”. -----

Em 1996, já tinha sido tudo: Ministro, Primeiro-Ministro, Presidente da República. E tinha o seu lugar na História. -----

Contudo, atento às tendências de cada momento histórico e curioso em relação às novas gerações, preferiu continuar a lutar e a pensar no futuro. -----

Lutou até ao fim, e com isso deixa-nos um exemplo ímpar de Cidadania Política. -----

Se a Política era a vocação de Mário Soares, a Liberdade era a sua causa. -----

Mário Soares tinha a intuição dos grandes políticos e a visão dos grandes estadistas. -

Antecipava os grandes movimentos do seu tempo, e disso beneficiou o País, que assim melhor se posicionou perante os desafios da História. -----

Foi antifascista durante a ditadura, e anticolonialista quando a ditadura se dizia “orgulhosamente só”. -----

Desde o momento da sua chegada a Santa Apolónia, no “Comboio da Liberdade”, nunca perdeu de vista aquilo que era, para si, o essencial. -----

Procurou sempre liderar os acontecimentos, e o País inteiro acabou por apanhar o “Comboio da Liberdade”. -----

Como Deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República, honrou o parlamentarismo e a atividade parlamentar. -----

Na qualidade de Primeiro-Ministro, deixou as bases do Estado Social e a adesão à então Comunidade Económica Europeia. -----

Foi Presidente da República entre 1986 e 1996. Nessa qualidade, prestigiou o Estado português e influenciou o entendimento que temos hoje do cargo presidencial. -----

O Portugal democrático, tolerante e solidário; o País do mar, europeu e aberto ao mundo, é o País de Mário Soares. -----

Isso é reconhecido pelos portugueses e pelos países amigos e aliados de Portugal, como temos testemunhado ao longo destes dias. -----

Mário Soares era um democrata português, e nesse sentido um cidadão aberto ao mundo. -----

O Partido Socialista, força estruturante da democracia portuguesa, do qual era o militante número 1, foi fundado ainda durante o seu exílio. -----

Enquanto Secretário-Geral do PS, Mário Soares foi um dirigente influente da Internacional Socialista, o que viria a contribuir, de forma relevante, para o sucesso da democratização portuguesa e da integração europeia de Portugal. -----

Mas mesmo enquanto Secretário-Geral do PS, não hesitou em ficar quase só, para defender o seu pensamento sobre Portugal e sobre a democracia. -----

Na Presidência da República esteve atento aos movimentos sociais e aberto ao mundo das ideias e da cultura, com o qual teve sempre uma cumplicidade genuína. ---

Cometeu erros, certamente, mas sempre entendeu a política democrática como uma atividade apaixonante, feita de vitórias, mas também de derrotas, assente em escolhas claras e convicções fortes. -----

Todos estiveram alguma vez ao lado dele e contra ele. Ao mesmo tempo, todos lhes reconhecem a lealdade com os adversários e a tolerância com a diferença. -----

Era laico, republicano e socialista, e ao mesmo tempo presidiu à Comissão de Liberdade Religiosa, porque sempre entendeu o pluralismo como um valor maior. -----

O seu exemplo de tolerância ajudou o País a unir-se e a reconciliar-se consigo mesmo, depois das tensões próprias de uma ditadura longa e do período revolucionário que se lhe seguiu. -----

Se hoje Portugal se distingue na Europa e no Mundo pelo seu grau de coesão nacional, muito o deve ao contributo liderante de Mário Soares. -----

O sentimento de perda é assim acompanhado por um sentimento de gratidão eterna.”» -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia:**” A proposta que nos faz é que a assembleia municipal se associe a esse voto de pesar, pelo que coloco à votação.” -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA – VOTO DE PESAR -----

A proposta de voto de pesar pelo falecimento do Dr. Mário Soares, foi

aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Pediu a palavra **João Canaverde**: “Teve esta bancada conhecimento de que durante largas semanas o sistema de AVAC das Escolas do Bonito e da Zona Verde não funcionaram, mantendo-se as crianças, os professores e os assistentes operacionais num ambiente contrastante com as instalações e a qualidade que durante muitos anos pugnámos por ter no concelho. -----

Assim solicito que o Executivo responda às seguintes questões: -----

- a) Quem é a empresa responsável pela manutenção dos equipamentos; -----
- b) Qual foi a data em que a Câmara foi informada do não funcionamento dos sistemas nas escolas; -----
- c) Quando é que o sistema ficou operacional em cada estabelecimento de ensino de ensino? -----
- d) Quais foram as medidas implementadas para o bom funcionamento dos equipamentos e a prevenção de futuros problemas nos sistemas de aquecimento e refrigeração de águas nas escolas? -----

Aguardamos resposta do Executivo”. -----

Prosseguiu **António Rodrigues**: “Ouvimos com atenção a intervenção do senhor deputado Pedro Gonçalves, em que é a quarta ou quinta vez que fala que há lixo no final da avenida da estação e vou tentar esclarecer o senhor: -----

Sobre os carros vassoura que estavam avariados, um foi recuperado e o outro não foi possível a sua reparação e foi para abate. -----

Existe um segundo carro, é um veículo elétrico, amigo do ambiente, e que faz o serviço do anterior que foi para abate. -----

Sobre o lixo que falou no final da avenida da estação, faço o trajeto todos os dias pela avenida e não vejo lixo nenhum. -----

Acho que o senhor deputado é que está a fazer politiquice.” -----

Derivado a problemas na gravação, não foi possível transcrever na totalidade a intervenção do senhor António Rodrigues. -----

Continuou **António Ferreira**: “Queria levantar aqui duas questões que ouvi: ---

A primeira é aquela ideia de que o CDS foi o grande lutador pela reabertura do Centro Cultural às iniciativas culturais. -----

A outra questão que sugeria ao senhor de deputado do CDS, é que se virasse também para as questões das ervas nas ruas, para os jardins que faltam intervencionar, acho que o lixo até melhorou um bocadinho e isso vê-se com a máquina na rua que veio substituir uma série de gente, gente essa que poderia fazer outras coisas que também são urgentes. -----

A questão principal que quero apresentar é relacionada com a RESITEJO. -----

O senhor Presidente da Câmara convocou as forças políticas no sentido de darem os seus contributos para as alterações aos estatutos que nos foram apresentados pela assembleia geral da RESITEJO, acho que foi importante e foi também importante terem facultado algum material que nos permitiu fazer uma análise. -----

O parecer solicitado pela RESITEJO, deixa-nos extremamente preocupados por uma razão muito simples, neste momento a atividade da RESITEJO não tem uma base legal e diz no documento: “*a RESITEJO carece de fundamento legal para o desenvolvimento da atividade da gestão de resíduos urbanos, quer à luz do direito em vigor à data da constituição, quer à luz do direito atual em vigor*”. -----

No final diz: “a eventual adaptação dos estatutos, tendo nomeadamente presente que segundo informação prestada pela RESITEJO, a atividade desta associação não se tem limitado à gestão de resíduos urbanos sobre responsabilidade dos municípios, recebendo igualmente resíduos não urbanos”, ou seja, em termos legais a situação da RESITEJO não é famosa em termos de tratamento de resíduos urbanos, não tem fundamento legal, para além disso, trata de resíduos não urbanos e nós todos sabemos disso quando fomos visitar a RESITEJO e fomos informados por exemplo, que estava para ser construída uma unidade para tratamento de resíduos hospitalares. -----

Segundo informações na comunicação social, há um trabalhador que se queimou com ácido. -----

A situação que nós levantávamos no passado, a preocupação com os trabalhadores, a preocupação com a legalidade do funcionamento da RESITEJO, nós levantámos aqui aquilo que nos foi sempre afirmado e a resposta foi que aquilo está perfeitamente legal e até temos plena confiança no administrador. -----

Tenho a ideia que isto não é da responsabilidade dos municípios, é da associação em si e da base jurídica da associação, porque funciona com associação de direito privado. -----

Qualquer investimento, qualquer empréstimo, nós nas assembleias municipais e na nossa assembleia em concreto, nós não exercemos um direito que é fundamental, que é o direito de fiscalização, devido ao tipo de associação e tipo de constituição desta associação, que é na base privada. -----

Em relação aos estatutos que nos são apresentados, são diferentes de uma primeira versão que já aqui vieram há dois anos, havia uma extrema concentração de poderes essencialmente centrados no administrador. -----

Sobre o objeto dos estatutos da RESITEJO, que nós CDU nos deixa extremamente preocupados e que de forma muito ligeira diz: “a sociedade exerce ainda atividades no âmbito das energias renováveis, é discutível, bem como do tratamento automático de informação, não estou a ver, do planeamento territorial, também não estou a ver, e de transportes públicos”, não estou a ver. -----

Outra questão que nos deixa preocupados é a participação. Está aqui previsto inclusivamente: “participar em formas organizativas previstas por Lei, designadamente em sistemas multimunicipais.” A gente quer uma empresa intermunicipal e depois vão-se associar a empresas multimunicipais? -----

Nós queremos o sistema nas mãos dos municípios para os podermos controlar, para gerir e termos a nossa própria política e depois vão-se associar a empresas multimunicipais? -----

Outra questão preocupante é a do capital. Há aqui uma cláusula que diz que 50% do capital mantem-se nas mãos das autarquias associadas. -----

Isto vale o que vale, nós sabemos que estiveram quatro empresas ligadas à RESITEJO, sabemos que muitos destes problemas de tratamentos e resíduos de várias áreas têm a ver com essas empresas e quando é para pagar os prejuízos são os municípios.” -----

Por deficiência na gravação, não foi possível transcrever a restante intervenção do senhor António Ferreira. -----

Prosseguiu **Kelly Silva**, que se referiu à política durante as sessões da assembleia municipal contra o PSD e procedeu à leitura do programa eleitoral do PS sobre as empresas no Entroncamento. Em ambas as questões, não foi possível transcrever a intervenção por deficiência na gravação. -----

Continuou **António Rodrigues**: “No passado dia 30 de janeiro foi inaugurada a nova

Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) do Concelho do Entroncamento e a nova rede de saneamento da cidade com uma extensão construída de 8,3 Km de tubagem que integra ainda 3 estações elevatórias (2 novas e a remodelação da EV junto ao centro de convívio). -----

O valor do Investimento total foi de cerca de 5 milhões de euros.-----

Esta obra foi realizada no âmbito de um acordo feito entre a CME e as antigas Águas do Centro, hoje Águas de Lisboa e Vale do Tejo, assinado em 2009. Este é o primeiro investimento concluído no âmbito do contrato de fornecimento de água e de tratamento de efluentes assinado entre a Câmara e empresa AdC/ALVT. -----

É pois, momento para fazer o **ponto de situação deste contrato**. -----

Até à entrada em vigor deste contrato de fornecimento a água fornecida aos munícipes era proveniente em cerca de 40% dos furos próprios e a restante fornecida pela EPAL ao preço de 0,471 €/m3. -----

O tratamento dos esgotos era feito pela Câmara Municipal do Entroncamento (CME) na ETAR municipal. -----

A partir de outubro de 2010 o fornecimento de água em alta à CME e o tratamento do saneamento (esgotos) passou a ser da responsabilidade da empresa Águas do Centro, atualmente Águas de Lisboa e Vale do Tejo (AdC/ALVT). -----

Com efeito em outubro de 2009 a CME assinou com a empresa AdC/ALVT um contrato de Fornecimento de Água e outro de Recolha de Efluentes. A assinatura destes contratos de fornecimento com duração de 32 anos (até 2042) teve as seguintes consequências:-----

1 -Transferência para a empresa AdC/ALVT, durante a vigência da concessão - 32 anos, das seguintes infraestruturas municipais: -----

Abastecimento de Água

- a) Reservatório do Casal do Grilo -----
- b) Reservatórios das Vaginhas -----
- c) Reservatórios do Altinho -----
- d) Furo AC5 -----
- e) Furo AC6 -----

Saneamento-----

- a) ETAR do Entroncamento -----
- b) Estação elevatória existente junto à ETAR antiga e respetiva conduta elevatória. -----
- c) Estação Elevatória do Centro de Convívio e respetivo sistema interceto --
- d) ETAR Zona Industrial -----

1. A Câmara Municipal passa adquirir de imediato, toda a água consumida à empresa A dC/ALVT, mesmo aquela que provêm dos furos municipais AC5 e AC6 transferidos para aquela empresa e que em média representa cerca de 40% de água consumida. -----

-
2. Até esse momento parte da água consumida era proveniente dos furos e a restante, cerca de 60% era fornecida pela EPAL ao preço de 0,471€/m3. Em consequência deste negócio toda a água consumida no Entroncamento passa a ser-nos fornecida pela AdC/ALVT e passou a ser paga ao preço de 0,563€/m3 (+19%), independentemente de ser obtida nos nossos furos ou da conduta da EPAL. Até ao final de 2013 o preço da água continuo a aumentar, de 2010 a 2013 aumentou 34,4%. -----
 3. O preço da água fornecida pela CME aos munícipes aumentou 11% em 2010, 3% em 2011 e 12% em 2012. Desde que **o atual executivo assumiu funções o preço da água não foi aumentado.** -----
 4. Passámos a ter a obrigação de pagar o tratamento dos efluentes esgotos na ETAR do Entroncamento, entregue à empresa AdC/ALVT, ao preço de 0,59€/m3. -----
 5. Compromisso de subscrição de ações do capital social das Águas do Centro no montante global de 750.950,00 € a pagar pelo Município às AdP nos termos seguintes (não havia qualquer registo na contabilidade): -----
Até 31 de dezembro de 2013 – 250.325,00 € -----
Até 31 de dezembro de 2014 – 250.325,00 € -----
Até 31 de dezembro de 2015 – 250.325,00 € -----

EM CONTRAPARTIDA AS AdC/ALVT FICARAM OBRIGADAS A: -----

1. Pagar uma renda anual durante a vigência da concessão (32 anos) igual a 1/32 avos do valor das infraestruturas municipais transferidas para a AdC/ALVT. Esta valorização deveria ser realizada logo após a assinatura do contrato de concessão. -----
2. Realização dos seguintes investimentos: -----
Abastecimento de Água -----
 - a) Novo Sistema adutor de ligação do depósito do casal do grilo ao novo reservatório a construir junto à escola António Gedeão -----
 - b) Novo reservatório da Quinta da Capela (junto à escola António Gedeão)
Saneamento -----

- a) Nova ETAR do Entroncamento e respetivo sistema intercetor de saneamento -----
- b) Remodelação da Estação Elevatória do Centro de Convívio -----
- c) Remodelação da Estação Elevatória Existente junto à ETAR antiga -----
- d) Construção do sistema intercetor de saneamento poente e respetiva Estação Elevatória -----
- e) Desvio da ribeira de Sta. Catarina -----

Quando iniciámos funções em outubro de 2013 qual foi a situação que encontramos: -----

1. A valorização das infraestruturas municipais transferidas para as AdC/ALVT era de 529.443,36 euros. -----
2. Não tinha havido qualquer pagamento das rendas anuais previstas no contrato de fornecimento. -----
3. Algumas das instalações municipais transferidas para as AdC/ALVT ainda mantinham os contadores de eletricidade em nome da CME e a conta da eletricidade continuava a ser paga por nós!!! Além de pagarmos à empresa AdC/ALVT a água retirada dos nossos furos também pagávamos a eletricidade que eles gastavam para a obter. -----
4. Ficámos obrigados ao pagamento de valores mínimos de faturação de água e tratamento de esgotos mesmo que não fosse consumida com o argumento que tínhamos que sustentar níveis de rentabilidade (lucro) da concessão.
5. O anterior executivo estava a pagar as faturas de saneamento com base em caudais mínimos que tinha assumido, valores muito superiores aos efetivamente medidos e tratados na ETAR. -----
6. O anterior executivo aceitou pagar um valor de 319.599,80 euros relativamente a efluentes tratados e não faturados, com base em critérios não sustentados no contrato de fornecimento. -----
7. Dos investimentos que constituíam obrigação da empresa AdC/ALVT apenas estava concluído o projeto da nova ETAR e tinha sido iniciada, em abril de 2013, a sua construção. -----

8. Em outubro de 2013 não havia qualquer projeto relativamente ao sistema interceptor de saneamento, pelo que estava a ser construída uma ETAR e não haveria matéria prima para ela poder funcionar! -----

9. Não estava a ser desenvolvido nenhum dos restantes investimentos da responsabilidade da empresa AdC/ALVT em resultado dos contratos assinados.

Em resumo, este contrato de fornecimentos tinha um conjunto de obrigações e direitos das partes, mas parece que a CME ficou com as obrigações e a empresa AdC/ALVT ficou com os direitos!! -----

O que é que **este executivo fez relativamente a este contrato**. Iniciámos um processo negocial sobre as várias matérias de que resultou: -----

1. Valorização das infraestruturas-----

Rejeitámos o valor anteriormente aceite de 529.443,36 euros porque subvalorizava os equipamentos e instalações colocados à disposição da AdC/ALVT. -----

Nalguns casos os valores eram ridículos. Por exemplo aos furos AC5 e AC6 foi atribuído o valor de 4.584,54 euros. Desde outubro de 2010 (início do fornecimento) que a empresa AdC/ALVT fatura à CME, água proveniente destes furos, um valor médio mensal superior a 32.500,00 Euros!. -----

Iniciámos um processo negocial com a empresa AdC/ALVT de que resultou um **(ganho de 371 788,99 €)** conseguindo-se uma **valorização final** das infraestruturas de **901.232,35 euros** -----

Conseguimos igualmente que fossem antecipadas as rendas necessárias para fazer face às dívidas à empresa AdC/ALVT que existiam à data. -----

Este acordo já foi alvo de parecer favorável da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos) e validade pelo Sr Secretário de Estado do Ambiente. -----

2. Eletricidade paga pela CME nas instalações exploradas pela empresa AdC/ALVT. -----

Foi alterada a titularidade dos contadores de energia que passaram para a empresa AdC/ALVT e em resultado do processo negocial concluído em setembro de 2014, o município recuperou **128.655,94 €** de energia paga indevidamente. Relativamente a duas instalações em que só recentemente se procedeu, por razões técnicas, à alteração da titularidade dos contadores, passou a ser faturado **mensalmente cerca de 5.000 €** relativa à energia paga por nós mas consumida por eles. -----

3. Faturação do tratamento dos esgotos com base nos caudais mínimos. -----

Em resultado do nosso processo negocial a faturação do tratamento dos esgotos que nos é emitida pela empresa AdC/ALVT, passou a ser feita, com efeitos a julho de 2015, com base nos caudais efetivamente medidos e não nos valores anteriormente aceites como mínimos. Em média esta alteração significa uma diminuição da nossa fatura em cerca de **30.000 mês**.-----

Relativamente aos valores faturados em excesso até essa data a empresa AdC/ALVT aceitou proceder à anulação de faturação indevida no montante de **542.946,96 €** e anular igualmente **22.139,23 €** de juros de mora indevidos. -----

Este acordo foi igualmente alvo de parecer favorável da ERSAR e validade pelo Sr Secretário de Estado do Ambiente. -----

4. Aquisição de ações. -----

Foi retirado o compromisso de aquisição dos 750.975,00 € de ações, estando por definir, de acordo com o interesse do município o valor de ações a subscrever. -----

5. Investimentos realizados. -----

Foi concluída a obra da nova ETAR do Entroncamento. Investimento de cerca de 2,5 milhões de euros da responsabilidade da AdC/ALVT. -----

Foi desenvolvido o projeto e realizada a construção da nova rede de saneamento da cidade com uma extensão construída de 8,3 Kms de tubagem que integra ainda 3 estações elevatórias (2 novas e a remodelação

da EV junto ao centro de convívio). Investimento de cerca de 2,5 milhões de euros da responsabilidade da AdC/ALVT. -----

6. No que respeita aos investimentos previstos a situação é a seguinte: -----

Abastecimento de Água -----

- a) Novo Sistema adutor de transporte de água entre o depósito do casal do grilo, os furos AC5, AC6 e ao novo reservatório a construir junto à escola António Gedeão. Projeto concluído e aprovado pelas entidades públicas. Em fase de lançamento da empreitada. Início da obra até junho de 2017. Responsabilidade e execução pela empresa AdC/ALVT.
- b) Novo reservatório da Quinta da Capela (junto à escola António Gedeão). Projeto concluído e aprovado pelas entidades públicas. Em fase de lançamento da empreitada. Início da obra até junho de 2017. Responsabilidade e execução pela empresa AdC/ALVT. -----
- c) Novo sistema adutor que liga os sistemas de abastecimento de água do Entroncamento e VN Barquinha. Em fase de estudo pela empresa AdC/ALVT com a colaboração da CME. -----

Saneamento -----

- a) Conclusão do sistema interceptor de saneamento. Projeto concluído e aprovado. Em fase de lançamento da empreitada. Início da obra até junho de 2017. -----
- b) Desativação da ETAR antiga e da respetiva estação elevatória. Projeto concluído e aprovado. Em fase de lançamento da empreitada. Início da obra até junho de 2017. -----
- c) Desvio da ribeira de Sta. Catarina. Projeto em desenvolvimento pelas AdC/ALVT com a colaboração da CME e da Agência portuguesa do Ambiente. -----

Pelo exposto só podemos dar os parabéns ao executivo pelo excelente trabalho desenvolvido em prol da cidade e das pessoas. Nós resolvemos as trapalhadas herdadas., trabalhamos em benefício das pessoas e da cidade. -----

Resultado da negociação

	Anterior executivo	Executivo atual	Ganho
Valorização das infraestruturas	529 443,36 €	901 232,35 €	371 788,99 €
Faturação de energia recuperada			128 655,94 €
Energia imputada a partir de out 2014 (27 meses x 5000€)			135 000,00 €
Faturação saneamento anulada			542 946,96 €
Juros anulados			22 139,23 €
Faturação saneamento evitada ate dez 2016 (18m x 30.000€)			540 000,00 €
Total Ganhos			1 740 531,12 €

Valor subscrição de ações

750 995,00 €

Total geral

2 491 526,12 €

Pediu a palavra **Rui Maurício**: “Em relação à intervenção do senhor deputado Pedro Gonçalves sobre as corridas de automóveis na freguesia de São João Baptista, as pessoas que passaram o vídeo dessas corridas, lamento bastante que não tivessem o cuidado de avisar a PSP. -----

Mesmo assim, se o senhor deputado possui o vídeo, pode entregá-lo na PSP e se não quiser ir sozinho, o Presidente da Junta de Freguesia acompanha-o.” -----

Interveio **António Ferreira**: “Compreendi aquilo que o senhor deputado António Rodrigues disse. -----

De facto, o negócio das Águas do Centro foi muito mau e nós devemos ver aquilo como uma experiência, porque de facto foi mau e foi da responsabilidade do PSD. -----

Nós tivemos uma estagnação durante muitos anos, não tivemos investimento e tivemos um problema em que estávamos constantemente a ser multados com uma ETAR que não resolvia os problemas do Entroncamento. -----

Aquilo que transpareceu aqui, há uma criança que tem dois pais e que o pai foi ao hospital e reconheceu a criança. Quem está de parabéns é o Entroncamento. -----

Percebi tudo aquilo que o senhor deputado disse desde o principio até ao fim, porque eu tive essa área, agora, duvido que mais alguém tenha percebido aquele conteúdo com as palavras que utilizou. -----

Chamar à atenção, que o PSD apesar de ter feito um mau negócio, também começou os primeiros passos para aquela obra e as outras forças políticas incluindo a CDU que durante anos lutou para a construção de uma nova ETAR, nós regozijamos com isso e acho que o Entroncamento ficou de parabéns.” -----

Referiu **José Baptista**: “Senhor Presidente, Senhores eleitos da Assembleia Municipal, porque aqui não há deputados, Senhores membros do Executivo, meus Senhores e Senhoras, é uma intervenção escrita para ser transcrita na ata sem qualquer problema na sua transcrição. -----

Nós temos uma proposta para fazer, mas só a apresentaremos depois de sabermos que o Partido Socialista não a fará." -----

Prosseguiu **Marco Geração**: “Sei que a assembleia municipal é o local onde fazemos o combate político, é assim que faz sentido, mas também acho que faz sentido que o façamos para os nossos municípios de uma forma que se quer esclarecida e responsável. -----

O que se está a passar aqui, não é trabalhar para os nossos municípios de uma forma esclarecida e responsável porque eu não estou esclarecido sobre os vários pontos que foram trazidos agora avulso desta maneira pela bancada do PSD. Isto não é politiquice. Isto é pura campanha eleitoral num local onde não deveria ser feita. -----

Não sei se os nossos municípios que nos estão a ver, fazem ideia realmente do que é que se passa nesta assembleia municipal, este combate político, não é um combate político, é pura campanha eleitoral. -----

O Bloco de Esquerda, não vai entrar nesta chicana política, nós compreendemos que existe esta situação, temos opinião sobre estas várias situações trazidas aqui, mas é de uma forma construtiva, responsável e sensata, que seriam trazidas a público.” -----

Continuou **Mário Balsa**: “O discurso que o senhor deputado Marco Geração acabou de fazer, acho que tem de haver elevação dentro deste órgão e não é com um conjunto de afirmações que foram aqui tidas agora que nós tratamos dessa elevação. ----

Em primeiro lugar e só para clarificar, eu não pedi defesa da honra porque acho que não é por aí o caminho, para clarificar as coisas, todos nós somos eleitos para este órgão e eu sou um dos eleitos, independentemente de ser chefe de gabinete, ou não, sou eleito e a lei permite-me estar aqui, senhor deputado. -----

Se não tem a sensibilidade democrática para aceitar a eleição dos outros deputados, então se calhar o problema não está em mim, se calhar o problema está em outras pessoas, mas a realidade é que eu posso estar nestas funções porque fui eleito como o senhor deputado foi. -----

Não se deve levantar estas questões que acabou de pôr de forma a tentar passar aqui uma mensagem que não é real, estou aqui enquanto deputado municipal, continuarei aqui enquanto deputado municipal e tenho muito orgulho em ser deputado municipal nesta casa. -----

Pegar na pergunta que o deputado Pedro Gonçalves fez no início em relação à ligação, a sua preocupação é uma preocupação também do Partido Socialista. -----

Posso dizer que neste momento, os projetos que foram anunciados pelo senhor Primeiro Ministro no Entroncamento, estão a ser estudados dentro da Empresa Infraestruturas de Portugal e, portanto, a seu tempo eles comunicarão. -----

Aquilo que é importante e todos nós temos o dever de valorizar, é que esta introdução da ligação da nossa zona industrial à A23, foi uma decisão já tardia, não estava prevista no projeto inicial, foi uma decisão que só foi possível com muita pressão do senhor Presidente da Câmara junto do Ministério e das Infraestruturas de Portugal, essa ligação está contemplada no projeto. -----

A questão das políticas empresariais que foi aqui trazida, o CENPRE está funcionar exatamente da mesma maneira que funcionava antes, com uma pequena diferença, é que nós estamos a poupar 25 mil euros em rendas que não eram poupados anteriormente, mas os resultados são os mesmos. -----

A questão do abandono da cidade, 85 dias, senhor deputado 85 dias de abandono da cidade, fico feliz porque são 85 dias, anteriormente tivemos 12 anos de abandono e de aumento da dívida. -----

Para a qualidade da gestão que está em cima da mesa, nós já reduzimos um terço da dívida que os senhores deixaram e não deixámos de ter uma média de investimento na cidade de quatro milhões ano, que é quase idêntica à que vocês faziam.

Com a redução da dívida que nós estamos a conseguir fazer mantendo os níveis de investimento, se calhar estamos a trabalhar bem. -----

Para finalizar estas questões que aqui foram levantadas e para deixar bem claro aos nossos municípios que nos estão a ouvir, parece que não há som no EOL, com esta questão do índice de transparência é verdade. -----

Nós em termos de índice de transparência mantivemos o registo que tínhamos o ano passado, quase todas as câmaras baixaram, no entanto, ao nível do Médio Tejo somos a terceira mais transparente, ao nível do distrito de Santarém das 21 autarquias estamos em quinto lugar e curiosamente as que estão acima de nós são todas do Partido Socialista. -----

Não aceito que o PSD me venha dar lições de moral, nem a mim, nem ao Partido Socialista, nem a esta câmara, quanto à transparência se não conseguem ter uma à frente de nós.” -----

Referiu **Pedro Gonçalves**: “Senhor eleito António Manuel, quando eu falo devia ouvir-me e vou explicar o que é que é os TURE - Transportes Urbanos do Entroncamento, estão estacionados na rua 31 de Janeiro as duas referidas viaturas. -----

Se não gostou de ouvir que os repuxos da nossa cidade são acumuladores de lixo, também eu não gosto de os ver, mas é a sua maioria que apoia este executivo que deixa manter os repuxos nestas condições. -----

Se não gosta de ouvir que o mercado municipal ao sábado é uma autêntica lixeira, pode perguntar ao executivo que sabe que é verdade. -----

Se você já sabe que o CDS vai ter na próxima legislatura um deputado municipal em Tomar, que agora não tem, não sei como é vem dizer que o CDS discutiu isto em Tomar, se tem essa bola mágica, digo-lhe que não deve ser um, deve ser mais. –

Se não gostou de ouvir que o Entroncamento precisa de um aeroporto para vos fazer aterrar a vocês, maioria que suporta este executivo, por causa do Centro Cultural, não gostam, mas têm que ouvir, vocês e a CDU votaram contra. -----

Ainda bem que incomodo a bancada do PS, porque chega de políticos que falam, falam, mas fazer está quieto.” -----

Pediu a palavra **Rui Maurício**: “Sobre a intervenção do senhor José Miguel, ainda não percebi, talvez ele possa explicar a nós todos, qual a razão porque está contra as matinés dançantes no Centro Cultural.” -----

Referiu **José Baptista**: “O Partido Socialista não fez a proposta pelo falecimento do ex-Presidente da Junta de Freguesia, senhor João Caldeira, era isso que estávamos à espera que o PS fizesse porque me parece de bom tom ser o Partido do senhor João caldeira a apresentar um voto de pesar. -----

Nesse sentido, acho que todas as bancadas concordam em apresentar a esta assembleia um voto de pesar pelo falecimento do ex-Presidente de Junta de Freguesia do Entroncamento ainda à época, senhor João Caldeira que faleceu há pouco tempo. ----

Respondeu o senhor **Presidente da Assembleia**: “É de facto uma questão que não foi trazida, faz algum sentido e não sei qual é o entendimento do PS, uma vez que o senhor João Caldeira foi Presidente da Junta de Freguesia e membro do PS.” -----

Pediu a palavra **Fernanda Alves**: “É óbvio que a questão levantada e ainda bem que o senhor deputado a levantou, porque de facto é um lapso, uma pessoa de valor para o Entroncamento, que muito contribuiu para o seu desenvolvimento e, portanto, concordamos plenamente por aquilo que o senhor deputado acabou de dizer.” -----

Seguidamente o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à votação um voto de pesar pelo falecimento do senhor João Caldeira, antigo autarca e Presidente da Junta de Freguesia do Entroncamento, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

Continuando, entrou-se de imediato na Intervenção do Público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Pediu a palavra **Mário Rodrigues**: “Esta assembleia que é o órgão máximo da democracia do Entroncamento, invoca-se a memória faz hoje trinta anos do falecimento de Zeca Afonso. -----

Poder-se-á dizer que foi uma figura de esquerda e que estava ligado ao meu partido, nada disso, creio que foi um homem da cultura, foi um compositor, foi um interprete e para mim, tenho-o na cultura uns pilares basilares da liberdade e da democracia. -----

Um grupo de cidadãos dirigiu-se à loja do senhor Guilhermino Gomes Rodrigues, que vende artigos de pesca desportiva no Entroncamento, em que gostariam de participar em Vila Velha de Ródão, no próximo dia 4 de março, na concentração. ----

O senhor Guilhermino contactou-me, enviei um e-mail ao senhor Presidente da Câmara, que prontamente informou da disponibilidade de um autocarro para deslocação de cidadãos interessados a Vila Velha de Ródão. -----

Da nossa parte, estamos aqui para criticar, mas também para apoiar. Esta foi uma belíssima decisão, da nossa parte os nossos agradecimentos e para a qual e julgo saber, o senhor Presidente da Câmara também irá estar presente. -----

Queria falar na memória do senhor João Lopes Caldeira desaparecido recentemente, para além de ter sido Presidente da Junta de Freguesia, foi o sócio fundador da COFERPOR, onde residem hoje mais de 633 famílias, digo de registo.” ----

Prosseguiu **Carlos Alves**: “Aquilo que me traz aqui hoje, deve-se ao facto de ter assistido num curto espaço de tempo a dois acidentes que trouxeram prejuízos materiais e humanos, na zona do Hospital da Santa Casa da Misericórdia. -----

Essa é uma zona que deve ser alvo do interesse dos autarcas, para que num futuro próximo possam projetar uma requalificação dessa zona porque considero que é um imperativo que isso aconteça. -----

Porque estamos quase em eleições autárquicas de 2017, gostava de deixar aqui três meditações para todos os partidos se exceção, para que nunca se esqueçam de três coisas essenciais. -----

Primeiro, que o diálogo é a coisa mais nobre que existe no universo; -----

O segundo aspeto que queria aqui deixar, é que continuem aqui e como ouvi aqui há algum tempo, discutam política porque a política faz falta à democracia e é fundamental nos tempos que correm. -----

Gostava que todos os partidos que se apresentam às eleições de 2017, não se esquecessem da coerência moral que devem ter quando apresentam aos eleitores os seus programas eleitorais, para que nós que estamos aqui deste lado, possa confiar nos políticos, os programas têm que ser cumpridos. -----

Sobre a proposta de atribuição de uma medalha ao Pedro Dionísio, não estou a discutir a proposta, nem pretendo que isso aconteça. A Constituição da República Portuguesa previa que o papel, a estrutura máxima de uma autarquia fosse a assembleia municipal, mas infelizmente isto está tudo virado ao contrário, no fundo, a assembleia municipal é um apêndice da Câmara Municipal. -----

O poder das autarquias está na câmara municipal e não na assembleia municipal, porque não percebo porque é que uma proposta aqui apresentada depois vai à votação na reunião de câmara municipal, acho que isto está ao contrário. -----

Dizer que ouvi aqui falar no Centro Cultural e bem, que já há cultura, mas permitam-me discordar, penso que hoje no Centro Cultural não há cultura, mas sim entretenimento.” -----

Continuou **Sílvia Terra**: “Em janeiro de 2015 emprestei ou cedi a minha casa a um casal temporariamente na Rua Feliciano Castilho nº 7 r/c, verifiquei que a água não estava a ser paga a qual fui pagando dirigindo-me sempre à tesouraria da câmara, perguntando se havia alguma fatura em atraso. -----

Dirigi-me ao senhor vereador Carlos Amaro onde lhe pedi que me ajudasse a resolver o problema, o qual deu ordem para retirar o contador da água. -----

Passado dois dias, passei por lá e verifiquei que tinham aplicado uma mangueira, tirei uma foto e vim falar com o senhor vereador estando presente o senhor Presidente da Câmara mandando a sua secretária transferir a foto do meu telemóvel para o computador dela. -----

Fiz várias diligências para resolver de uma vez o problema, sabendo que o podia resolver, este processo foi-se arrastando e agora, fui confrontada com um postal para o meu filho ir prestar declarações à polícia, como ele está ausente em Macau há treze anos, verifiquei que era um processo de uma estimativa de elevada quantia a qual não concordo. -----

Esta questão foi por mim alertada atempadamente e nada foi feito, dirigi-me várias vezes à câmara e nada foi feito, sabendo eu que podiam cortar a água de vez eles iam lá, tiravam o bujão e os senhores toca de ligar novamente a mangueira. -----

Nos serviços contenciosos disseram-me que estavam a recolher mais elementos, este assunto podia ter sido resolvido na altura, uma vez tirado o contador e colocado um bujão, os senhores tiravam o bujão e colocavam a mangueira, eu vinha à câmara participar que tiraram o bujão e colocaram novamente a mangueira, à terceira vez era para resolver de vez com aquilo porque os senhores estavam a roubar água à câmara quando queriam e apeteciam. -----

Face a isto, levantam-me um processo com uma quantia que não concordo, porque a câmara foi muito lenta a tratar do assunto.” -----

Respondeu o senhor vereador **Carlos Amaro**: “A senhora esteve presente no meu atendimento e denunciou efetivamente aquilo que este executivo tem feito, que é apresentar queixa às autoridades de todas as ligações ilegais que nos apresentam. -----

Não foi só o caso da senhora, tem havido várias situações ilegais, que se mantinham durante muitos anos, algumas com ou sem conhecimento que nós denunciámos, eu próprio já fui testemunha em tribunal dessas ligações ilegais. -----

Posso-lhe dizer que no seu caso, apresentámos várias queixas em tribunal denunciando aquilo que é uma preocupação que é a senhora ter pessoas na sua casa a consumir água com ligações e a senhora disse-o muito bem, que nós de manhã retirávamos uma ligação, à noite ela estava feita, no outro dia retirávamos a ligação, à noite ela estava novamente feita. -----

O problema aqui centra-se noutro caso, a senhora iniciou a sua intervenção dizendo que emprestou a casa, como muitas vezes acontece na boa vontade, arrendamos as nossas casas sem o competente contrato de arrendamento, porque depois de lá estarem instalados recusam-se a assinar um contrato de arrendamento. -----

A câmara municipal, não pode ter outra postura que não esta. -----

Nós não sabemos, nem temos de saber quem está dentro daquela casa, aquela casa tem um proprietário e infelizmente nós temos que imputar essa responsabilidade da ligação direta ao proprietário da habitação. -----

Se fosse suportada por um contrato de arrendamento, certamente que nós conseguiríamos imputar essa responsabilidade de crime de furto de água ao arrendatário.

Lamento esta situação, existem os meios institucionais necessários para a senhora se defender, a senhora vai ter efetivamente oportunidade de se defender em meio próprio, vai ter oportunidade de se defender em tribunal, lamento profundamente e conheço a sua situação, reconheço as suas dificuldades, sei que efetivamente a senhora não consumiu aquela água que esta a ser furtada todos os dias, mas, a câmara municipal não tem título, não tem hipótese de responsabilizar outra pessoa que não o proprietário.”

Referiu **Teresa Martins**: “Vim aqui hoje a esta assembleia sem qualquer intenção de fazer intervenção, mas depois do que assisti não consigo conter-me e tenho que dizer qualquer coisa. -----

Primeiro, enquanto cidadã do Entroncamento, sinto-me envergonhada com algumas coisas que se passaram nesta assembleia. -----

O que se passou aqui nesta assembleia, é defender camisolas de partidos e não os cidadãos do Entroncamento o que lamento. -----

Acho que esta assembleia tem que defender os entroncamentenses, tem que fiscalizar o trabalho da câmara municipal, é essa a competência da assembleia municipal e não vi nada disso. -----

Outra nota que vi aqui, é que os eleitos se preocupam muito em guerrilhar uns com os outros e não os vejo a falar nas melhorias da nossa terra. -----

O senhor deputado António Ferreira foi a única pessoa que falou em nome das pessoas do Entroncamento, muito obrigado senhor António Ferreira. -----

De facto, nós que participamos na vida ativa do Entroncamento, devemos ajudar os outros a melhorar e não andar sempre a criticar o que os outros fizeram, devemos é tentar fazer melhor que os outros e não estar sempre a pôr as culpas para trás daquilo que não conseguimos fazer. -----

Outra nota, foi relativamente ao cidadão Pedro Dionísio, mais uma vez os entroncamentenses e o Entroncamento não é valorizado nesta assembleia. -----

Lamento que tenham tido a atitude que tiveram perante um trabalho meritório, eu enquanto entroncamentense de sangue ferroviário e com muito orgulho, achei fantástico o trabalho dele e acho apesar dos regulamentos que existem e se eu percebi bem, aqui nesta assembleia foi apresentada uma proposta. -----

Outra questão e com o devido respeito, o senhor ex-Presidente Mário Soares faleceu, todos nós reconhecemos o mérito para a democracia, teve os seus feitos heroicos e não heroicos, como qualquer um de nós, ele era um cidadão humano com qualquer um de nós. -----

Lamentavelmente reconheço que nesta assembleia municipal o Partido Socialista não se tenha lembrado de apresentar um voto de pesar, a um homem que foi Presidente da Junta de Freguesia do Entroncamento durante vinte e tal anos, que fundou um bairro habitacional nesta terra, que se chamava João Caldeira, lamento muito. -----

Mais uma vez, não estarmos a valorizar aquilo que é nosso, que é da nossa terra que temos que defender. Tenho muita pena que ninguém do Partido Socialista tenha tido esta hombridade que o senhor João Caldeira merecia. -----

Gostaria de referir, que o senhor António Manuel, com o devido respeito, pode ter lido as cláusulas todas, mas é verdade, que ninguém ouviu 10% daquilo que o senhor disse. -----

Daquilo que me apercebi, o senhor deve ser o outro elemento do executivo camarário, da forma como está a defendê-lo.” -----

Passou-se de imediato, à ordem dos trabalhos. -----

-----**ORDEM DOS TRABALHOS**-----

PONTO NÚMERO UM-----

APRECIACÃO DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE DOCUMENTO ORIUNDO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, SOBRE A CENTRAL NUCLEAR DE ALMARAZ EM ESPANHA-----

Marco Geração procedeu à leitura da Moção aprovada por unanimidade na reunião do Conselho Municipal de Segurança do Entroncamento. -----

MOÇÃO:-----

O conselho municipal de segurança do Entroncamento, reunido no dia 9 de Janeiro de 2017, considerou a situação atual da central nuclear de Almaraz como um perigo para as várias povoações próximas do rio Tejo, e aprovou, por unanimidade, que tal consideração fosse levada a discussão na próxima sessão da Assembleia Municipal do Entroncamento. -----

Sendo assim, o conselho municipal de segurança do Entroncamento considera que:

1 - A atual situação da central nuclear de Almaraz significa um elevado risco de segurança, tanto para o ambiente, como para as populações que possam sofrer os efeitos de um acidente nuclear. A proximidade da central com o nosso território torna ainda mais crítica uma mobilização, tanto da sociedade civil, como dos decisores políticos para uma tomada de posição que faça frente a esta ameaça de saúde pública. -----

2 - Esse risco assenta em vários motivos. Em primeiro lugar, a central nuclear de Almaraz começou a ser construída em 1973 e iniciou o seu funcionamento em 1981, sendo a mais antiga de Espanha. Isso faz com que ultrapasse, em mais 6 anos, a sua vida útil. Neste contexto, os seus sistemas de segurança estão obsoletos e os materiais originalmente utilizados na sua construção deterioram-se rapidamente e para além do concebido. O resultado desta situação são mais de 50 acidentes, sendo que 32 dos quais, a central foi efetivamente parada devido a emergência. Seriam necessárias milhares de alterações para manter a central em funcionamento ao longo destes anos. Em suma, Almaraz é uma central nuclear remendada, em declínio, com uma produção irrelevante, mas que tem um grande peso por representar um perigo letal. -----

3 - A posição do governo Espanhol relativamente a este assunto, deixando Portugal de parte na decisão da construção de um armazém para os detritos resultantes da produção da central, afronta a lei europeia sobre o assunto, visto tratar-se de uma questão do foro transfronteiriço. Esta posição é agravada graças à orientação do governo Espanhol em querer adiar o fecho da central para além de 2020 (que é

atualmente, a data limite para o seu funcionamento) o qual foi já em 2010, prolongado por mais 10 anos. Se somarmos a isto, o impedimento da entrada a representantes portugueses da Ordem dos Engenheiros na central nuclear, cuja intenção seria a de verificar o estado da mesma, temos uma situação de grave falta de transparência e falta de cooperação. Tudo isto merece a nossa indignação e obriga à mobilização de todos contra esta atitude, assim como também, contra qualquer proposta de extensão da vida útil desta central. -----

4 - O nosso rio, e as populações próximas, estão em perigo. O Tejo serve de conduta de escoamento, transportando rio abaixo a água que arrefece os reatores da central nuclear. Na eventualidade de um desastre nuclear em Almaraz, toda a região do Tejo ficaria contaminada com radioatividade. Isto significaria, para além das consequências e mortes imediatas, diretas e indiretas, um êxodo em massa de toda a população existente nos vários Municípios próximos do Tejo. Desde Almaraz, descendo por Vila Velha de Rodão até Lisboa e passando pelo Entroncamento, seriam concelhos fantasma, sem ninguém. Significaria também a morte e destruição da vida dentro e fora do rio. Seriam necessários muitos anos e muito investimento até que os efeitos da radiação desaparecessem, pondo em causa todo o legado cultural, social, económico e ambiental, passado e futuro desta região. Basta recordar Chernobyl para que essas nefastas imagens nos lembrem do que é necessário ser feito para impedir que, tamanha tragédia, alguma vez volte a acontecer. A diferença é que, desta vez, falamos no nosso território. -----

Tendo em conta estas considerações, o conselho municipal de segurança do Entroncamento remete este texto para que, a AM do Entroncamento, tome uma posição sobre este assunto. -----

Pediu a palavra **Pedro Gonçalves**: “Este é um assunto que já foi aqui trazido algumas vezes, e é um assunto que nos preocupa a todos, atravessando o Entroncamento todo um pequeno afluente do Tejo, mas em caso de contaminação poderia essa mesma ribeira ser um transporte para a contaminação radioativa. -----

O Tejo é um rio com que nós temos afinidade, pelo exposto e por todos os considerandos já falados e discutidos no Conselho Municipal de Segurança, esta assembleia deveria juntar-se ao Conselho Municipal de Segurança, mostrando desagrado pelo adiar da vida desta central nuclear, tomar uma posição firme mostrando o nosso repúdio e que pudesse chegar a todos os órgãos nacionais que o Entroncamento repudia que a central nuclear de Almaraz continue a trabalhar naquelas circunstâncias.”

Prosseguiu **Telma Jorge**: “Estamos completamente de acordo com esta decisão que a assembleia deve eventualmente tomar, que é o sugerido no final do documento. ---

Achamos é que ao tomarmos uma posição nesta assembleia acerca desta questão e talvez seja de incluir no documento clarificar qual é a posição. -----

Dava nota aqui, que no início de fevereiro o PCP promoveu uma audição pública sobre este tema em Castelo Branco e entre as conclusões extraídas nessa audição, sobressai a exigência de uma informação atempada, rigorosa e sobressai acima de tudo uma exigência, e é isso que nós entendemos que deve ser colocado neste

documento, que isto é uma questão que temos de exigir que o Governo assuma as suas responsabilidades e defenda a nossa segurança. -----

Na sequência disso, choca um bocado a questão que veio a público esta semana, em que creio que o Governo português retirou a queixa que tinha em Bruxelas relativamente a esta situação. -----

Concordamos com o documento, mas a posição que nós temos que ter, na nossa opinião, é exigir que o Governo coloque novamente a queixa e exigir a informação da parte de Espanha.” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Nós não podemos fazer rigorosamente nada a não ser mostrar a nossa preocupação constante. -----

Este texto ou qualquer outro texto produzido, nesse sentido terá os seus efeitos junto do Governo, eu só acrescentaria pelo que aconteceu a semana passada, a retirada da queixa e o acordo com o Governo espanhol, que às entidades a enviar, se acrescentasse o Ministério dos Negócios Estrangeiros. -----

Se a CDU quer introduzir mais algum parágrafo ou fazer alguma correção que o diga para o podermos considerar.” -----

Retorquiu **Telma Jorge**: “A nossa intenção não é acrescentar mais nada ao documento, era exigir ao Governo que tomasse as rédeas deste processo e defendesse aquilo que é a nossa soberania, a segurança e as questões ambientais que nos dizem respeito, era só isso.” -----

Referiu **António Ferreira**: “O documento está perfeito. Nós não estamos em segurança se não tivermos por parte do Governo português, por parte do Governo espanhol, uma monetarização constante daquilo que se passa com esta central. -----

É fundamental que o Governo português assuma as suas responsabilidades quanto a Almaraz e quanto às outras situações que existem em termos ambientais.” -----

Marco Geração referiu: “Este documento foi redigido como vindo do Conselho Municipal de Segurança, eu coloquei de lado qualquer tipo de opinião política para não ferir o documento, senão, o documento nem sequer seria aprovado pelo Conselho Municipal de Segurança. -----

Concordo com os pontos que o deputado António Ferreira referiu, realmente o Governo português, com este golpe face, tomou uma medida essencialmente de caráter político, isto não corresponde às verdadeiras expectativas do que é as aspirações de várias populações que habitam perto do rio Tejo. -----

O rio Tejo tem um nível de radioatividade acima da média dos outros rios nacionais, exatamente por causa de Almaraz, que é formado por grandes interesses políticos e económicos, que querem fazer com que as centrais nucleares em Espanha não sejam fechadas e continuem a trabalhar mais 10 ou 20 anos, que são bombas contrarrelógio, que quando rebentar alguma é que alguém vai fazer alguma coisa.” -----

Continuou **Fernanda Alves**: “De facto a intervenção do senhor deputado Marco Geração já interpelou aquilo que desejava falar, que era a intenção do Conselho Municipal de Segurança trazer este documento para que nós o pudéssemos aprová-lo e dirigi-lo às entidades referidas no mesmo.” -----

PONTO NÚMERO UM -----

O ponto número um, “**Apreciação, discussão e votação de documento oriundo dos membros do Conselho Municipal de Segurança, sobre a Central Nuclear de Almaraz em Espanha**, foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, 5 votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Unitário e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO DOIS

DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES MÉDIO TEJO

Feita a distribuição dos boletins de voto, procedeu-se à chamada para a colocação dos respetivos boletins na urna. -----

Após o escrutínio da votação secreta, o ponto número dois da ordem dos trabalhos obteve a seguinte votação: -----

11 votos a favor de **João António de Matos Lérias**; -----

10 votos a favor de Mário André Balsa Gonçalves; -----

01 voto a favor de Lúcia Dias Abelha; -----

01 voto nulo. -----

PONTO NÚMERO TRÊS

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO

Pediu a palavra **José Baptista**: “Sobre a questão que vem na informação do senhor Presidente da Câmara quanto à decisão do STAL de ter ganho a ação administrativa em que o município do Entroncamento é réu, pretendia saber do executivo quais é que são os custos para o município da presente decisão e qual é que é a metodologia a aplicar pelo município para fazer face à decisão do tribunal. -----

Relembro que na decisão está descrito que a demanda tem a ver com os trabalhadores do município por incongruência, erro sobre os pressupostos de direito, preterição de audiência da comissão de trabalhadores, e pretendia saber qual é que é a metodologia que o município vai utilizar e qual é que é o valor do custo total deste processo aos cofres do município. -----

Em segundo lugar, sobre a rotura que ocorreu na urbanização do Olival, desde o dia 21, vi um comunicado no Facebook e no site da câmara, que continua exatamente com a mesma mensagem, aperceber se houve alguma distribuição de água potável aos moradores, se houve alguma possibilidade de água aos moradores de tomarem banho, de usarem casas de banho públicas, qual é que foi o meio de comunicado, se foi por sms ou se foi por outra metodologia.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**: “O senhor Presidente da Câmara pediu para clarificar a questão relativamente à ação, pretende responder, mas não percebeu o sentido da sua pergunta.” -----

Respondeu **José Baptista**: “Está descrito na informação sobre a ação administrativa do STAL e só saber, qual é o custo deste processo para o município, saber como é que vai ser aplicado, como é que vai resolver a situação, se vai ou não retroativamente dar direitos aos funcionários e qual é que é a sentença.” -----

Continuou **Fernanda Alves**: “Queríamos realçar o simulacro de incêndio urbano no Entroncamento, em que a segurança dos entroncamentenses foi testada, esta situação nunca tinha sido feita e estão de parabéns. -----

Outro aspeto que verifiquei foi a pintura dos ecoponto na cidade, nomeadamente no mercado municipal e que está a embelezar a nossa cidade e muito bem aberta a uma associação. -----

A questão do mercado municipal, uma obra que está em cima da mesa e que finalmente vai ser requalificada, recordo que vivo há 15 anos no Entroncamento, outros 15 anos que vivi noutra localidade, e que vinha sempre ao Entroncamento e manteve-se tudo igual, pelo que ficamos bastante satisfeitos com esta situação. -----

A questão da ciclovía na freguesia de baixo, já que a freguesia de cima já tem uma ciclovía, nós na Junta de Freguesia de São João Baptista ficamos bastante satisfeitos, é isto que se chama uma cidade para as pessoas.” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Câmara**: “Relativamente à informação que foi presente, se não colocaram outras questões, não haverá dúvidas relativamente aquilo que foi apresentado. -----

Queria realçar os dados constantes da ficha do município, que espelham aquilo que tem sido o nosso trabalho e tem sido o resultado de todo o trabalho deste executivo e deste município. -----

Relativamente às questões colocadas pelo senhor eleito do PSD, se eu percebi, relativamente à ação administrativa colocada pelo STAL, qual o custo e qual a estratégica que a câmara vai tomar. -----

Trata-se de uma ação interposta pelo STAL contra uma decisão tomada pelo presidente em exercício na altura, neste caso, o anterior Presidente da Câmara, na obstante ser eu ou outro, a nossa postura é sempre procurar defender os interesses do município. -----

Nessa perspetiva, o nosso entendimento relativamente à decisão referida: -----

Primeiro, é uma decisão que tem apenas em conta o não cumprimento de aspetos formais que para serem ultrapassados deveria ser repetida a decisão ouvindo-se no caso os representantes dos trabalhadores, o que aconteceu na altura, foi ter sido tomada uma decisão e não terem sido ouvidos os representantes dos trabalhadores. -----

Não há necessidade de recorrer da decisão e não haverá qualquer custo dos cofres do município. -----

Obviamente que isto é uma interpretação e no fundo é uma avaliação que poderá ser mais sustentada, porque é uma decisão recente, mas em princípio será essa a nossa decisão definitiva, admito que possa ser ainda algo de alguma maturação, ou se quiserem fazer chegar alguma sugestão ou algum elemento que possamos não estar a ter em conta devidamente, obviamente que agradecemos e tomaremos em conta essa questão. -----

A questão das roturas na urbanização do Olival, é uma situação recorrente infelizmente para quem mora lá, é uma situação que estamos atentos e estamos a procurar encontrar formas de podermos ter uma intervenção mais profunda. -----

Digo roturas, porque ontem houve uma, hoje já houve outra, a rotura de ontem, por exemplo, demorou mais tempo a detetar do que a reparar, porque não aparecia evidências à superfície. -----

Entretanto, foi mobilizado meios para que caso houvesse necessidade, nomeadamente o carro cisterna, as pessoas se abastecessem caso necessitassem. -----

Relativamente às outras questões, confesso que elas foram tantas no início e que sugeria ao senhor Presidente da Assembleia que promovesse o envio por escrito para que possa responder a todas e não deixar nenhuma por responder. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando era zero hora e trinta minutos, do dia um de dezembro. -----

A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1ª. Secretária:

A 2ª Secretária: